



**CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

---

**Ofício nº 74/2020**

Garça/SP, 10 de fevereiro de 2020.

Exmo. Sr.  
**PAULO ANDRÉ FANECO**  
Vereador  
NESTA

Senhor Vereador:

Em atenção ao Requerimento nº 06/2020 de Vossa autoria,  
encaminho, em anexo, resposta exarada pela Procuradoria Legislativa da Casa.

Atenciosamente,

  
**WAGNER LUIZ FERREIRA**  
Presidente



**Câmara Municipal de Garça**  
**Estado de São Paulo**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**Memorando n.º 01/2020 – PLCMG**

Garça/SP, 07 de fevereiro de 2020.

*À Presidência da Casa*

**Assunto: Resposta ao Requerimento Parlamentar**

1. A fim de instruir resposta ao Requerimento n.º 06/2020, de autoria do Vereador Paulo André Faneco, em trâmite nesta Casa Leis, cumpre informar o que segue:
2. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, inciso VII, assegura ao aluno da rede pública de ensino o direito ao transporte escolar, de modo a facilitar seu acesso à educação.
3. Na mesma linha, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alterada pela Lei Federal n.º 10.709/03, também prevê o direito do aluno ao transporte escolar, mediante a obrigação de Estados e municípios:

*Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:*

*(...)*

*VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.*

*Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de:*

*(...)*

*VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.*

4. Destarte, ainda que se tenha definido a responsabilidade pelo transporte escolar de acordo com a corresponde rede de ensino a que se encontra vinculado o aluno, a Lei Federal n.º 10.709/03, em seu art. 3º, possibilitou a articulação entre Estados e municípios para que possam prover o transporte escolar, senão vejamos:

*Art. 3º Cabe aos Estados articular-se com os respectivos Municípios, para prover o disposto nesta Lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.*

5. Portanto, desde que haja previsão orçamentária para a realização de despesa destinada ao custeio do transporte escolar de alunos (art. 165 da CF/88 e art. 17 da LRF), não se vislumbra óbice de ordem jurídica ao custeio de tais serviços pela municipalidade, tendo em vista a possibilidade de articulação entre os entes políticos para suprir a demanda de transporte escolar.



# **Câmara Municipal de Garça**

**Estado de São Paulo**

## **PROCURADORIA LEGISLATIVA**

6. Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

**RAFAEL DE OLIVEIRA MATHIAS**  
**Procurador Legislativo**